

BALANÇO
Dezembro 2025

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2025	2024
Activo			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	5	530 288,23	256 273,72
Investimentos financeiros	5	12 853,91	12 853,91
		543 142,14	269 127,63
Activos correntes			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos	17	0,00	0,00
Diferimentos	17	10 548,48	10 633,93
Outros activos correntes	15	1 481 043,78	24 894,69
Caixa e depósitos bancários	15	1 058 630,56	889 368,15
		2 550 222,82	924 896,77
Total do Activo		3 093 364,96	1 194 024,40
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17	47 703,35	47 703,35
Resultados transitados	17	706 385,71	226 136,79
		754 089,06	273 840,14
Resultados líquido do exercício		-262 084,90	480 248,92
Total dos fundos patrimoniais		492 004,16	754 089,06
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		52 843,55	816,49
Estado e outros entes públicos	17	62 841,37	60 110,28
Diferimentos	17	2 090 340,00	
Outros Passivos correntes		395 335,88	379 008,57
		2 601 360,80	439 935,34
Total do passivo		2 601 360,80	439 935,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 093 364,96	1 194 024,40

Con: Carlos Duarte Leino Nunes
Isabel Jesus Gouveia Cairas Luzia Silva
Alfredo Martins Almeida Colado
B. Osório Andrade
[Assinatura]

(A Direcção)

[Assinatura]
(A CC)

Demonstração dos resultados por Natureza

Rendimentos e Gasto	Notas	Exercício		Diferença (2025-2024)
		2025	2024	
Vendas e Serviços Prestados	10	179 656,90	206 424,06	-26 767,16
Subsídios, doações e legados de exploração	12	3 343 486,46	4 015 188,31	-671 701,85
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	84 817,21	83 730,99	1 086,22
Fornecimentos e serviços externos	15	619 321,11	733 141,99	-113 820,88
Gastos com pessoal	16	3 054 527,61	2 904 661,93	149 865,68
Outros rendimentos e ganhos	10	716,07	16 215,32	-15 499,25
Outros gastos e perdas	15	6 224,76	12 477,79	-6 253,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-241 031,26	503 814,99	-744 846,25
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	5	20 742,51	22 909,14	-2 166,63
Resultado operacional (antes de gastos e de financiamento e impostos)		-261 773,77	480 905,85	-742 679,62
Juros e gastos similares	15	2,49	263,47	-260,98
Resultado antes de impostos		-261 776,26	480 642,38	-742 418,64
Imposto sobre o rendimento do período		308,64	393,46	-84,82
Resultado líquido do período		-262 084,90	480 248,92	-742 333,82

A Direcção

A CC

• Con. Carlos Duarte Leão Nunes [assinatura]

• Isabel Jesus Gouveia Aires d'Almeida Silva

• A. M. J. António Augusto Coelho

• P. Osório Andrade

• [assinatura]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimento de clientes e utentes +	179 656,90 €	206 424,06 €
Pagamento de subsídios -		
Pagamento de apoios -		
Pagamento de bolsas -		
Pagamento a fornecedores -	1 203 433,90 €	824 951,02 €
Pagamentos ao pessoal -	2 147 039,83 €	2 065 148,25 €
Caixa gerado pelas operações -	3 170 816,83 €	2 683 675,21 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento -	308,64 €	393,46 €
Outros recebimentos/pagamentos -	3 343 660,53 €	3 175 294,35 €
Fluxo das caixas das actividades operacionais (1)	172 535,06 €	491 225,68 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis -	3 272,65 €	4 087,00 €
Activos intangíveis -		
Investimentos financeiros -		
Outros activos -		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis +		
Activos intangíveis +		
Investimentos financeiros +		
Subsídios ao investimento +		
Juros e rendimentos similares +		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	- 3 272,65 €	- 4 087,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamento obtidos +		
Realização de fundos +		
Cobertura de prejuízos +		
Doações +	- €	15 980,63 €
Outras operações de financiamento +		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamento obtidos -		
Juros e gastos similares -		
Dividendos -		
Redução de fundos -		
Outras operações de financiamento -		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	- €	15 980,63 €
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	169 262,41 €	503 119,31 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	889 368,15 €	386 248,84 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 058 630,56 €	889 368,15 €

A Direcção

ACC

Con. Carlos Duarte Leino Nunes

Tânia

Isabel Jesus Gouveia, Cairas Suzia Silva

Alfredo, Paulo, André, Carlos

Pe. Osório Andrade

Rui Gonçalves

Anexo

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 / Designação da entidade: Centro Social e Paroquial de Santo António

1.2 / Sede: Entrada Particular da Igreja, n.º 2

1.3 / Natureza da Atividade: O Centro Social e Paroquial de Santo António é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, sendo a sua actividade principal de o Apoio Social com alojamento.

1.4 / Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não seja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.

1.5 / Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 / REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 / Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL.

2.2 / Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 / *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

- A) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2024.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 / Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do CSPSA, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DOS ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são constituídos por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de renda e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes (referem-se aos Utentes) estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas de terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas de fornecedores ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 / Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 / Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos do Centro Social e Paroquial de Santo António.

4 / POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

Apesar da introdução e aplicação da NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), não se verificou alterações de estimativas contabilísticas apresentadas no âmbito do POCIPSS, nem foram apurados erros materialmente relevantes originários de anos económicos anteriores.

Não foram aplicadas reexpressões retrospectivas.

5 / ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- ❖ Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- ❖ As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- ❖ Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/24	Adições	Abates	31/12/25
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	305 177,16	0,00		305 177,16
Equipamento básico	56 035,51	0,00		56 035,51
Equipamento de transporte	63 547,79	0,00		63 547,79
Equipamento administrativo	307 829,66	0,00		307 829,66
Outros ativos fixos tangíveis	22 532,14	3 272,65		25 804,79
Investimentos em curso - ativos tangíveis	0,00	291 484,37		291 484,37
Ativo Tangível Bruto	755 122,26	294 757,02		1 049 879,28
Depreciações acumuladas	498 848,54			519 591,05
Depreciações Acumuladas	498 848,54			519 591,05
Ativo Tangível Líquido	256 273,72			530 288,23

As depreciações do exercício, no montante de 20 742,51 euros, foram reconhecidas na rubrica Gastos de depreciação e amortização.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

5.1 / PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

6 / ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável

7 / LOCAÇÕES

Não aplicável

8 / CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

9 / INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	87 335,63	86 208,41
Total	87 335,63	86 208,41

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalham-se conforme segue:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Saldo Inicial	0	0
Compras	87 335,63	86 208,41
Saldo Final	0	0
Gastos no período	87 335,63	86 208,41

10 / RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos	2025	2024
Matrículas e mensalidades	179 656,90	206 424,06
TOTAL	179 656,90	206 424,06
Subsídio à exploração		
Infância e Juventude	342 892,78	409 139,85
Família e Comunidade	459 462,88	441 927,48
Invalidez e Reabilitação		
Terceira Idade	2 251 199,45	2 681 430,98
Emergência Alimentar	204 719,00	482 690,00
TOTAL	3 256 396,55	4 015 188,31
Outros rendimentos e ganhos		
IEM (Inst Emprego da Madeira)	0,00	0,00
PCM Governo	6 567,96	0,00
SRITJ	80 521,95	0,00

Donativos	0,00	15 980,63
Reembolsos	0,00	0,00
Outros rendimentos	174,07	0,00
TOTAL	87 263,98	15 980,63
TOTAL	3 523 317,43	4 237 593,00

11 / PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12 / SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A actividade é desenvolvida numa parceria com o Instituto de Segurança Social e como tal, os subsídios que recebe provêm diretamente deste Instituto. No ano de 2025 foi transferido para o CSPSA o valor de 3 256 396,55€.

Foram ainda recebidos dois apoios extras: um por parte do Governo Regional, denominado por PCM, no montante de 6 567,96€; e o outro por parte da Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, no montante de 80 521,95€ referente ao acréscimo remuneratório das ajudantes domiciliárias.

No ano de 2025 o CSPSA assinou o termo de aceitação referente à candidatura apresentada à medida C03-i03-RAM-m01 – Estruturas Residenciais e Não Residenciais para pessoas idosas, apoiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência. Esta candidatura tem um montante de investimento elegível global no montante de 2 090 340€.

À data de 31/12/2025 já recebeu, como forma de adiantamento, 627 102€.

13 / EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Não aplicável

14 / IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

No ano 2025, a Instituição apresenta algumas despesas sem suporte contabilístico. Por esse motivo foram consideradas como não documentadas e como tal sujeitas a tributação autónoma. Por esse motivo, apresenta um valor de imposto a pagar no valor de 308,64€

15 / INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Foram utilizadas as bases de mensuração e outras políticas contabilísticas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

15.1/ Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de «Fornecedores/Clientes/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal» apresentava valores respeitante aos acréscimos de gastos e as penhoras que foram processadas juntamente com o ordenado de Dezembro e são pagas no decorrer do mês de Janeiro do ano seguinte (2026):

Descrição	31-12-2025			31-12-2024		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Passivo						
Outros Passivos Financeiros						0,00
Acréc. de gastos – pessoal	389 767,48			360 797,72		
Acréc. de gastos – FSE	3 729,73			2 479,28		
TOTAL	393 497,21			363 277,00		0,00

15.2 / Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	247,90	1 559,79
Depósito à ordem	1 058 382,66	887 808,36
TOTAL	1 058 630,56	889 368,15

16 / BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2025	2024
----------------------	------	------

Gastos com pessoal		
Remuneração do Pessoal	2 500 739,80	2 380 415,21
Encargos sobre remuneração	509 845,61	487 051,75
Seguro Pessoal	37 259,70	32 465,83
Outros Gastos	6 682,50	4 729,14
TOTAL	3 054 527,61	2 904 661,93

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com Higiene e Segurança no Trabalho.

17 / OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 / Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	
	Corrente	Total
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Pagamento sobre rendimentos - outros	0,00	
Pagamento IRS Independentes	0,00	
Pagamento IRC - prediais	0,00	
Total do Ativo	0,00	
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	308,64	
Retenção de imposto sobre trab. Dependente	4 743,00	
Retenção de imposto sobre independentes	661,97	
Retenção de imposto sobre prediais	1 248,56	
Contribuições para a Segurança Social	55 879,20	
Fundos de Compensação	0,00	
Total do Passivo	62 841,37	
TOTAL LÍQUIDO	62 841,37	

É de salientar que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2025, relativo a *retenção de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a segurança social*, são relativas a dezembro de 2025, pagas em janeiro de 2026.

a. / Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2025
Ativos	
Gastos a reconhecer	
EEMadeira CC90	87,57
EEMadeira CC91	746,42
EEMadeira CC92	84,53
EEMadeira CC95	522,44
EEMadeira CC99	120,39
Água CMFx CC90	98,21
Água CMFx CC91	291,71
Água CMFx CC92	62,02
Água CMFx CC95	309,71
Água CMFx CC99	166,15
Gasinsular CC 90	0
Comunicação CC90	0,00
Comunicação CC91	398,78
Comunicação CC92	0
Comunicação CC95	87,84
Comunicação CC99	0
Contabilidade	753,96
TOTAL	3 729,73

Diferimentos	31-12-2025
Passivos	
Rendimentos a reconhecer	2 090 340,00
TOTAL	0,00

No ano de 2025 foi assinado o termo de aceitação relativo à candidatura apresentada à medida C03-i03-RAM-m01 – Estruturas Residenciais e Não Residenciais para pessoas idosas, apoiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência. Esta candidatura tem um montante de investimento elegível global no montante de 2 090 340€. Este valor está contabilizado como um proveito a reconhecer.

17. 3 / FLUXOS DE CAIXA:

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2025
Caixa e depósitos bancários	
Ativos	
Caixa	247,90
Depósito à ordem	1 058 382,66
TOTAL	1 058 630,56

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - as pensões, mensalidades, cantina interna;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* – os subsídios à exploração, as rendas e quotizações

17.4 / ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorrido que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

17.5 / FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2025	31-12-2024
Fundos	47 703,35	47 703,35
Reservas		
Resultados Transitados	706 385,71	226 136,79
Outras Variações de fundos patrimoniais	-262 084,90	480 248,92
TOTAL	492 004,16	754 089,06

Em relação aos *resultados transitados*, é procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para resultados transitados.

17.6 / OUTRAS INFORMAÇÕES

No ano 2025, como nos anteriores, voltaram a não serem feitos acréscimos de rendimentos referentes aos subsídios provenientes do Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM), isto é, não foram reconhecidos valores que são pagos por este instituto à Instituição. Este procedimento foi efetuado por recomendação da Segurança Social cujo motivo deve-se aos acordos serem anuais e não haver obrigatoriedade nem compromisso por parte da mesma.

Estes acréscimos são feitos na proporção das férias e subsídios de férias que são pagos no ano seguinte, mas dizem respeito ao ano anterior.

No ano 2025 houve um decréscimo significativo das verbas recebidas por parte do Instituto de Segurança Social da Madeira, sobretudo na valência do centro de dia e na emergência alimentar.

Em termos de redução das verbas, a valência que sofreu a maior redução foi a emergência alimentar, cujo decréscimo rondou os 58%.

No ano 2024, foi reutilizado um centro de custo que se encontrava sem qualquer actividade, desde o ano 2019. O centro de custo 94 (que outrora era denominado como o centro de custo "Lar" passou a ter o nome "Investimento PRR") que diz respeito ao investimento que está a ser realizado na sede da Instituição com o intuito de aumentar a sua capacidade.

Este investimento, como o próprio nome indica, será com verbas públicas do Programa de Recuperação e Resiliência que se encontra a decorrer, cuja obra já foi iniciada e já foram recebidos adiantamentos por conta desta candidatura/obra.

A Direcção:

A C.C.

• Con. Carlos Duarte Leino Nunes
• Isabel Jesus Gouveia Aires Lúcia Silva
• Alfredo Pinheiro António Almeida
• R. Óscar Andrade
• Rui Gonçalves

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO ANEXO I

DR POR NATUREZA DAS ATIVIDADES – SEGREGADA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025

O Centro Social e Paroquial de Santo António recebeu verbas de apenas 1 instituição pública que contribui para o seu bom funcionamento.

O Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) é a instituição com maior representatividade nas contas, representando 97% do total das verbas recebidas no ano 2025.

Este valor tem a ver com os acordos de cooperação (AC), Programa de Emergência Alimentar (PEA), entre outros, contratados entre as duas entidades. O montante ascendeu o valor de 3 256 396,55€.

No decorrer do ano 2025 foi atribuída uma verba que diz respeito ao acréscimo remuneratório das ajudantes domiciliárias, cujo montante foi de 80 521,95€. Este montante correspondeu a 2,41% da totalidade dos apoios recebidos.

Foi ainda recebido um apoio do Governo Regional, no montante de 6 567,96€, que corresponde a 0,20% do total.

Abaixo a tabela com os montantes e percentagens dos mesmos, detalhados por instituição e anos.

Instituição	2025		2024	
	Verba	%	Verba	%
ISSM	3 256 396,55 €	97,40%	4 015 188,31 €	100%
SRITJ	80 521,95 €	2,41%	0,00 €	0,00%
IEM	0€	0,00%	0,00 €	0,00%
PCM Governo	6 567,96 €	0,20%	0,00 €	0,00%
TOTAL	3 343 486,46 €	100%	4 015 188,31 €	100%